

# **SERÁ QUE A MEDIDA PROTETIVA PROTEGE A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA URBANA?<sup>1</sup>**

Nathalia Mourão e Yolanda Maia /CRISP/ FAFICH/UFMG  
nathymourao@globo.com e yolandacamposmaia@gmail.com

Bolsistas FAPEMIG  
Justiças Confrontadas

## **Resumo**

A proposta deste artigo é analisar as medidas protetivas solicitadas por mulheres em situação de violência na cidade de Belo Horizonte e concedidas (ou não) pelas três varas Maria da Penha existentes na localidade. Para tanto, serão utilizadas as observações realizadas nesses espaços, bem como conversas, informações com juízes, promotores e defensores, travadas entre as audiências etnografadas, além de entrevistas com as mulheres vítimas de violência. Com isso, espera-se problematizar e refletir se as medidas protetivas são capazes de proteger as mulheres em situação de violência urbana.

**Palavras-chaves:** Lei Maria da Penha. Violência contra a mulher. Medidas protetivas. Ação da justiça.

## **Introdução**

A violência contra a mulher é uma das agressões mais recorrentes no Brasil, que pode ser comprovado analisando o mapa de violência (homicídios de mulheres), realizado pelo CEBELA- Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos - com enfoque nos grandes centros urbanos reconhecidos pelo IBGE; pode-se constatar que, entre os anos de 2005 e 2010, houve um aumento nas taxas de homicídios de mulheres de 3.884 para 4.465. Em 2010, no estado de Minas Gerais ocorreram 405 casos e, em Belo Horizonte, um total de 78 casos de homicídios femininos. Pelos dados é percebido que no país as mulheres sofrem agressão, em sua maioria, pelos pais, cônjuges e ex-parceiros e as violências mais recorrentes são de caráter físico, psicológico e sexual.

---

<sup>1</sup> Trabalho realizado no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) sob a coordenação da profa. Ludmila Ribeiro.

Na tentativa de diminuir esses tipos de violência, foi criada a Lei Maria da Penha (11.340/2006), que garante proteção contra qualquer tipo de violência doméstica que a mulher venha a sofrer. Essa é uma das poucas leis que foram conquistadas a partir de movimentos populares, salientando as inegáveis conquistas feministas no Brasil diante de uma sociedade patriarcal e ainda centrada em ideias machistas.

A criminalização deste tipo de violência fez com que houvesse a necessidade de qualificar as relações que envolvem consanguinidade e afinidade, tal como destacado por Debert, Gregori e Oliveira (2008, p. 08):

“violência contra a mulher (noção criada pelo movimento feminista a partir da década de 1960), violência conjugal (noção que especifica a violência contra a mulher no contexto nas relações de conjugalidade), violência doméstica (incluindo manifestações de violência entre outros membros no núcleo doméstico, e que passou a estar em evidência nos anos 1990), violência familiar (noção empregada atualmente no âmbito da atuação judiciária e consagrada pela recente Lei “Maria da Penha” como violência doméstica e familiar contra a mulher) ou violência de gênero (conceito que critica visões essencialistas)”.

O panorama apresentado salienta o antagonismo que a sociedade enfrenta nos dias atuais de um lado, há uma série de legislações que garantem o empoderamento da mulher; de outro um sistema de crenças, valores e atitudes que a subjuga, colocando-a como o sexo frágil, especialmente, no âmbito familiar. Essa situação nos leva a uma reflexão de como se dá a inserção da mulher na vida cotidiana. Ao mesmo tempo que as mulheres lutam por mais respeito e igualdade, enfrentam inúmeros tipos de violências.

Este artigo tem, portanto, o intuito de problematizar e refletir se as medidas protetivas são capazes de proteger as mulheres em situação de violência urbana. Ou seja, será analisado a ação do sistema judiciário na proteção destas mulheres, destacando como a questão de violência familiar/doméstica é abordada pelos órgãos responsáveis. Além disso, procurar-se-á explicitar quais são as medidas protetivas solicitadas e concedidas às mulheres vítimas de violência, com vistas a refletir como elas possibilitam a interrupção do ciclo de violência e, por conseguinte, um diálogo entre a sociedade e a justiça em relação à violência contra a mulher.

## A Lei Maria da Penha<sup>2</sup>

A lei de número 11.340, promulgada em 7 de agosto de 2006 decreta que:

“Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.” (Lei Federal)

A criação da Lei Maria da Penha é originária do padrão de funcionamento dos Juizados Especiais Criminais (JECrim), que lidavam com crimes de menor potencial ofensivo e tinham o objetivo de ampliar o acesso à justiça, desburocratizando e simplificando os procedimentos, privilegiando a conciliação das partes em conflitos. E segundo Debert, Gregori e Oliveira (2008, p. 09) esses juizados passaram a receber casos principalmente da Delegacia Especializada do Atendimento à Mulher (DEAM)<sup>3</sup>. As autoras ainda ressaltam que “enquanto a Delegacia tornou visível a violência contra a mulher, criminalizando-a, os Juizados descriminalizam, tornando-a novamente invisível.”

Essa descriminalização por parte dos JECrims se deu na maioria dos casos, como salienta Almeida (2008) por uma negação dos próprios profissionais do JECrim em não considerar a violência contra mulher dentro do âmbito familiar como crime, pois minimizavam e tratavam estes tipos de casos como conflito e “problemas de família”. Esta autora observa ainda, que muitos destes profissionais para agilizar seus atendimentos, que para eles eram considerados altos, incentivam que as vítimas desistissem dos processos. Mas caso isso não ocorresse, utilizavam da intervenção jurídico-penal que na prática também era rápido, que é o pagamento de cesta básica como uma espécie de multa.

Essas atitudes geraram críticas quanto ao sistema de punição à violência contra a mulher no âmbito familiar, por parte de movimentos de mulheres, pois condenavam essas ações por considerá-las uma forma de banalizar e despenalizar os agressores quanto aos

---

<sup>2</sup>[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) Acesso em 03- outubro

<sup>3</sup> De acordo com Suárez e Bandeira (2002) as DEAMs são instituições governamentais que resultaram da constituição de um espaço público, em que havia um discurso ao direito das mulheres em receberem tratamento igualitário em casos de violências denunciadas.

seus atos. Com isso foi criado, em 2003, o Juizado Especial Criminal de Família (JECrifam), que tinha o intuito de sanar estas críticas. No entanto, Almeida (2008) afirma que a criação deste JECrim não modificou muito a ação da justiça, pois não houve uma mudança na percepção dos profissionais, que apresentavam uma visão à manutenção de uma “harmonia familiar” sem conflitos, ou seja, acham que o casal deve saber “resolver suas brigas” ou buscar tratamento.

A alternativa encontrada foi a criação, em 2006, dos Juizados de Violência Doméstica e Intrafamiliar, posteriormente denominados de Juizados da Lei Maria da Penha. A proposta era constituir um órgão mais eficiente na punição aos agressores de mulheres, pois houve uma mudança de pensamento e até mesmo nas leis, quanto a este tipo de violência. Afinal, a lei 11.340 definiu o que entendia por violência doméstica de gênero, a saber:

**I** - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;**II** - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação; **III** - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;**IV** - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou

recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;V- a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (Lei Federal)

Esta lei garante ainda o direito à mulher de pedir medidas protetivas<sup>4</sup> que assegure sua integridade física, psicológica e moral contra o agressor. Vale ressaltar que na cidade de Belo Horizonte há, como medida protetiva, o uso de uma tornozeleira eletrônica que monitora a distância do agressor em relação à vítima. Esta medida é controlada pela SEDS (Secretaria de Estado de Defesa Social).

As vítimas que procuram o sistema judiciário para garantir seus direitos são, na maioria dos casos, aquelas que prestaram queixa para se protegerem com a ajuda do próprio sistema, pois uma vez que realizam o REDS (Registro de Eventos de Defesa Social), podem pedir proteção através das medidas protetivas. Além desta medida de proteção (que se não cumpridas podem levar o agressor à prisão), ao realizar o REDS as mulheres viabilizam o início de um processo judicial, no qual não podem abrir mão em favor do agressor.

Essas medidas são solicitadas pelas mulheres e encaminhadas ao juiz em até 48 horas. Ao receber tal solicitação, os magistrados têm um prazo de 48 horas para deferi-las ou não. Em seguida, o Poder Judiciário tem outras 48 horas para notificar a mulher da concessão (ou não) das medidas. Ou seja, pela legislação, desde a violência até a proteção da mulher por meios legais, deveriam transcorrer, no máximo, seis semanas.

Entretanto, em Belo Horizonte, não é bem isso que ocorre. As varas da Penha muitas vezes demoram a receber os casos registrados da DEAM e, uma vez com os expedientes em mãos, os juízes optam pela realização das audiências de justificação, mesmo quando a vítima abre mão das medidas; e audiências de instrução e julgamento para a análise do caso criminal e, também, buscam auxílio nas entrevistas do setor técnico para averiguar a real necessidade da medida para a vítima. Para assim averiguar a efetividade da medida protetiva em termos de rompimento do ciclo de violência.

---

<sup>4</sup> Exposta no artigo 22º desta Lei: **I** - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; **II** - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; **III** - proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; **IV** - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar; **V** - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

## **Criação dos órgãos de proteção à mulher na capital mineira**

Em Belo Horizonte, no ano de 2008, foi criado Centro Integrado da Mulher- CIM; resultante de ação conjunta do Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e Delegacia de Polícia Civil. Em razão de inúmeros problemas relativos à distribuição do espaço físico, ao final daquele ano, o CIM foi desfeito sendo ocupado tão-somente por três “Varas Maria da Penha”. Ou seja, atualmente este Centro Integrado da Mulher não existe.

No entanto, desde a constituição dessas esferas especializadas no processamento dos casos de violência doméstica contra a mulher, a defesa e a proteção dessas teve avanço considerável. Em especial, destaca-se a continuidade do trabalho do setor técnico nessas localidades, o qual é composto por psicólogas e assistentes sociais que tem a função de auxiliar na decisão dos juízes – tanto no que se refere à concessão da medida, como à sua continuidade depois de concedida. Para tanto, o setor técnico realiza reuniões com as vítimas, com o intuito de obter maiores informações sobre o caso, procurando complementar aquilo que foi lavrado pelo policial militar no Registro de Evento de Defesa Social (REDS) e demais elementos do processo que, na visão dos juízes, não possuem conteúdo probatório mínimo para conceder a medida protetiva. Já que uma das garantias da Lei é o direito da vítima de pedir proteção contra o agressor, após o registro de ocorrência na polícia.

Além das Varas Maria da Penha, em Belo Horizonte, existem outros aparatos judiciais que intercambiam a proteção contra a mulher como a REDE que é uma rede, no sentido estrito do termo, que procura articular a ação de vários órgãos públicos junto com a sociedade civil, criando um elo de ajuda e proteção à mulher. Este elo é composto pela Polícia Militar, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Casa Abrigo-Bem Vinda e ONGs que prestam serviços psicológicos às mulheres vítimas. Essas instituições realizam reuniões para melhorar e aprimorar os mecanismos de defesa da mulher, trabalhando desde a constituição de um fluxograma de encaminhamento até na forma de acolhida das mulheres.

Contudo, foi observado que este órgão de proteção a mulher em Belo Horizonte é ineficaz, visto que nas entrevistas a maioria das mulheres desconhecia este órgão, bem como que nessas reuniões há uma carência de comunicação e de um líder para organizar e resolver as ideias, afim de sua consolidação, representantes alegam uma dificuldade de formalização dos grupos pela REDE, a criação de protocolos de ação e um aumento da

visibilidade. Nessa reunião, ainda foram pautadas sugestões para melhora do órgão, tais como: maior contato com a população afim de buscar maiores medidas protetivas; também deveria ter o papel de afirmar os núcleos de atendimento à mulher em Belo Horizonte, Região Metropolitana e de outros municípios, apresentando serviços às instituições que lidam com a questão de violência contra a mulher.

### **Metodologia: algumas notas sobre o trabalho de campo**

Para a realização deste artigo as autoras utilizaram observações em audiências etnografadas nas Três Varas da Maria da Penha, bem como conversas e entrevistas semiestruturadas com juízes, promotores, defensores, órgãos de apoio como o setor técnico. Esse trabalho de campo ocorreu durante os meses de abril a setembro, foram feitas observações e entrevistas com profissionais que atuam na área. Inicialmente, consistia em analisar audiências criminais e de justificação com o intuito de perceber as impressões dos acusados, vítimas e também o posicionamento dos juízes e promotores. Foram analisados em torno de 30 audiências nas 13ª, 14ª e 15ª varas.

Nessa etapa, são realizados os primeiros procedimentos para a apuração do caso; como a oitiva de testemunhas, vítimas e agressores. A partir de suas percepções, o juiz escolhe quais medidas serão tomadas durante a tramitação do processo nas varas. Durante o acompanhamento das audiências é possível analisar além dos quesitos dos processos, a história das vítimas, sua condição socioeconômica, como por exemplo, escolaridade e renda. Tornando a fase de observação de extrema importância, pois foi o contato inicial com o objeto de estudo.

Além do trabalho de observações, foram feitas entrevistas semiestruturadas com as vítimas e com os profissionais da área; como a Polícia Militar, NUDEM, Setor Técnico, Defensores, Promotores e Juízes que atuam nas respectivas Varas da Maria da Penha. Houve a criação de um roteiro que abrange questões sobre a eficácia da medida, percepção dos profissionais sobre as concessões das medidas, o papel das varas como meio jurídico de assegurar proteção às mulheres e quais seriam elas; órgãos que dialogam com o Tribunal de Justiça.

O trabalho de campo foi de extrema importância, pois se observa na prática o funcionamento diário da justiça e dos órgãos envolvidos com a segurança da mulher, a atuação de importantes setores que viabilizam de alguma forma um apoio às vítimas.

Durante os seis meses de ida as Varas da Maria da Penha de Belo Horizonte, as autoras vivenciaram diversas situações e acompanharam diferentes casos de violência.

O uso desses métodos possibilitou sanar as lacunas que Pasinato (2014) adverte, como a ausência de voz que as mulheres vítimas tem nas pesquisas sobre este assunto. Já que é necessário aprofundar na questão da percepção delas quanto a efetividade das respostas que lhes são oferecidas nos atendimentos. Além destes métodos permitirem uma elucidação maior quanto ao fluxo do processo, como também a análise das percepções de todos os agentes envolvidos o que garantiu uma efetividade maior quanto ao esclarecimento da pergunta: Será que a medida protetiva protege a mulher vítima de violência urbana?

### **Como se dá o registro na polícia? Quais são os principais entraves?**

A mulher que sofre violência e denuncia, normalmente, o faz por dois meios. Ou ligam para a polícia, o que muitas vezes gera o flagrante, ou se apresentam em uma delegacia para realizar a denúncia. Nestes dois meios as mulheres são conduzidas para a delegacia especializada no atendimento à mulher (DEAM), onde são ouvidas e o delegado, muitas vezes, explica os procedimentos legais e falam quais são as medidas protetivas a que elas têm direito. É percebido que a atuação da polícia militar nos casos de violência é os mais comentados pelas vítimas, porque na maioria dos casos o policial militar é a única testemunha da violência, além de ser o primeiro contato que a mulher possui com algum órgão de proteção.

Na delegacia, as mulheres realizam o REDS, sendo possível averiguar a discrepância existente entre os discursos das vítimas e o que oficialmente está no REDS, isso porque a natureza do delito é identificada pelo policial na hora da redação do REDS, ou seja, mesmo o REDS contendo o relato da vítima da maneira que ela alegou; é o próprio policial quem categoriza a natureza do crime. Um exemplo, desse antagonismo, é o caso de uma das vítimas que afirmou ter sido estuprada pelo marido, mas que no REDS constava “agressão/vias de fato”.

A discrepância nos discursos é um fator que acaba por dificultar o andamento do processo e, por conseguinte, impede a agilidade na tomada de decisão do juiz quanto à concessão ou não das medidas protetivas, tal como constatado por Suárez e Bandeira (2002), que afirmam que a redação do REDS carece de informações padronizadas e



fundamentais, a fim de comparar a criminalidade em diversos estados e municípios. Relatando também a dificuldade que este órgão enfrenta.

As DEAMs representam uma política pública para coibir a violência contra a mulher, um lugar onde esta pode e deve ser negociada. Além disso, por serem as únicas delegacias competentes para enfrentar a violência sofrida pelas mulheres, revelam a incapacidade governamental de enfrentar o problema da violência cotidiana de forma mais global.

Em suma, é a polícia militar que ampara as vítimas em um primeiro momento que resolvem denunciar, mas como apontado, existem entraves que dificultam que este órgão atue de maneira a proteger a vítima integralmente. Seja por conceitos pré-estabelecidos dos policiais, seja por não tem outro apoio governamental que distribua os casos e consiga atuar no combate a este tipo de violência de maneira mais global.

### **Como se dá a análise do caso pelo juiz? Quais são os principais entraves?**

A partir do trabalho etnográfico realizado junto às Varas Maria da Penha foi possível perceber um grande esforço do setor técnico para promover um esclarecimento maior, tanto das vítimas como dos agressores, sobre o significado das medidas protetivas, bem como uma defasagem no processamento e concessão das medidas protetivas por parte dos juízes.

A defasagem no encaminhamento dos processos e na tomada de decisão dos juízes, é percebida na análise dos processos de medidas protetivas de urgência, percebe-se uma demora superior às predeterminadas 48 horas da análise do juiz para concessão das medidas, por exemplo, a demora de seis meses para o estudo de um dos casos observados. Decorrente disso há uma sensação de insegurança muito maior nas vítimas que falaram unanimemente: "se ele tivesse que fazer alguma coisa comigo, já teria feito".

De acordo com a fala de uma das assistentes do setor técnico, é possível perceber que o processo é controverso, casos que são, na maioria das vezes, indeferidos pelo juiz com a justificativa de falta de provas e a mulher fica vulnerável neste meio tempo:

A gente entende que esse é o melhor momento para nós trabalharmos, porque, para nós, é uma traição enorme quando a gente recebe um processo em que a mulher está sem medida protetiva e correndo um risco danado. Vai que ela morre e o processo está ali, dentro do seu armário, e você só vai poder ver daqui um mês? É uma situação muito tensa. E a gente acha que se a mulher pediu a

medida, primeiro protege ela e depois vê qual é a situação. (EntrevistadaA setor técnico/CIM)

Este pensamento não é compartilhado pelos juízes, pois existe uma certa dificuldade em compreender que a medida protetiva é um direito da mulher e não uma punição do agressor, esse antagonismo pôde ser constatado nas situações em que o juiz nega a sua concessão, justificando que além do caso carecer de provas mais detalhadas ele não pode acusar sem prova, já que fere o direito do agressor.

Destacam-se também os papéis que os juízes assumem no decorrer das audiências, já que em algumas situações ele entende ser sua função conciliar e tentar apaziguar a situação entre as partes. Observa-se na fala a seguir “Tente ser mais controlado, tenha amor no coração e não tenha rancor, seja mais tranquilo e evite brigas com sua tia.” (Fala do Juiz 1). Em outras se podem notar um papel mais punitivo com os agressores. Como por exemplo, o Juiz que chamou atenção do agressor ao lhe conceder o alvará de soltura “Olha, eu vou te liberar, mas se você aprontar de novo, seu processo vai cair aqui e não tem jeito, você vai para o xadrez, entendido?” (Fala do Juiz 2).

Outro fator relevante do diálogo entre o setor técnico e os juízes é uma percepção de um olhar profissional para as mulheres, que normalmente estão fragilizadas emocionalmente devido à situação que enfrentam, pois muitas vezes dependem de recursos psicológicos e materiais do próprio agressor. Sendo este momento imprescindível, uma vez que é estas profissionais podem averiguar o risco que as vítimas correm se não tiverem um pedido de medida urgente.

De acordo com as entrevistas realizadas junto ao setor técnico é possível perceber que o trabalho realizado por eles é indispensável para o trabalho do juiz, pois os profissionais realizam entrevistas com as vítimas para entender melhor a situação com o intuito de identificar possíveis riscos e a necessidade de concessão ou não da medida protetiva, ou sua manutenção; além de garantir maior efetividade na proteção destas mulheres, já que muitas delas depois de algum tempo, desistem das medidas e é necessário saber se a desistência foi espontânea ou se está sendo induzida.

### **A medida foi concedida... Mas ela é efetiva?**

As vítimas, na maioria das entrevistas, afirmaram que se sentiram seguras com a concessão das medidas protetivas, sendo a grande vantagem dessa proteção à possibilidade

de acionamento mais rápido da Polícia Militar e, ainda, a visita constante da Patrulha de Prevenção à Violência Doméstica (PVD) da instituição. Pois, tanto na percepção das vítimas como dos agressores, as medidas protetivas mais eficazes são as que “punem” diretamente, ou seja, o registro da ocorrência tem que resultar em algum tipo de prejuízo nas vidas dos agressores, o que é uma visão equivocada do próprio sentido da medida protetiva.

É a Polícia Militar, que recebe esta função de “prejuízo” na vida dos agressores, pois se há o descumprimento da medida, a polícia, se avisada, leva o agressor preso. Assim, a ação policial pode ser vista no relato de uma das vítimas que diante da medida, se sentiu segura, uma vez que ao ameaçar o filho com o acionamento à polícia, ele não a atacava. “A Maria da Penha é boa demais, o meu filho tá manso, igual carneirinho parece que estudou em colégio de freira” (fala de uma das vítimas quando perguntada sobre a eficácia da medida).

Constatando que a efetividade da medida está pautada, na opinião das vítimas, no medo gerado ao agressor que o impede de praticar mais violência com elas. Pois mesmo afirmando que há o descumprimento de algumas medidas como a proibição de aproximação ou contato, seja por parte do agressor, seja por parte da própria vítima, a possibilidade da ameaça de punição ao agressor traz segurança à vítima. Ou seja, as mulheres se sentem protegidas com as medidas, pois consideram o trabalho realizado pela Polícia Militar (pronto-atendimento) extremamente eficaz.

Um outro fator relevante para a análise da efetividade das medidas protetivas é o tempo que leva para que a vítima tome ciência da concessão da medida. É observado, perante os processos, a ineficiência do Poder Judiciário em notificar, tanto vítima como agressores, da concessão das medidas, demorando um tempo superior às 48 horas para a ciência da vítima. Nos processos analisados é possível destacar o baixo número de mulheres que foram notificadas das medidas neste tempo, a maioria precisou ir a Vara Maria da Penha para saber qual era a sua situação. Muitas alegam, em entrevistas, que foram informadas a comparecer à vara para saber da concessão ou não da medida. Todavia há um outro fator que fomenta a ineficiência do Judiciário nesta notificação, que é a informação da residência dos envolvidos desatualizadas ou inexistentes o que impede ou dificulta a notificação e por consequência, uma demora maior na ciência já que os oficiais de justiça procuram informações na vizinhança.

## **Considerações Finais**

Este artigo teve como objetivo demonstrar o percurso que os movimentos feministas e de mulheres enfrentaram na luta contra uma sociedade marcada pelo patriarcado e centrada em ideias machistas, revelando o progresso inegável quanto à justiça e a criminalização da violência no âmbito privado, o que acarretou em uma lenta mudança de pensamento quanto ao papel da mulher no âmbito público.

A mudança está pautada na transformação da própria justiça e dos agentes quanto a consciência de uma legislação mais efetiva, em que ao invés de não punir sob alegação de legítima defesa da honra ou de punir com a doação de cestas básicas, esclareça que mulher não é uma propriedade e não deve estar submissa à vontade do homem.

Outra questão elucidada no artigo é o caminho percorrido pelas vítimas dentro da justiça, desde a denúncia do crime até a sentença do juiz quanto ao caso, e diante disso demonstra a percepção destas vítimas quanto ao processo e a proteção das medidas. Ressaltando os primeiros passos de pesquisas que estejam voltadas para o olhar das vítimas; como entendem e percebem a violência.

Diante disso, é possível perceber que as medidas protetivas não garantem, integralmente, a proteção da mulher como determina a lei, isso porque, os prazos, muitas vezes, não são respeitados, o que acarreta em uma demora quanto à concessão e com isso a vulnerabilidade da vítima. Além de um descumprimento muito grande das medidas, que podem ser dos agressores que não se intimidam ou até mesmo das mulheres que não conseguem desvincular o grau de dependência que possuem dos agressores, abrindo mão da proteção das medidas. Contudo, outro fator relevante na mudança de pensamento, está na impossibilidade de não abrir mão do processo em favor do agressor impossibilitando a sua punição.

Fica claro que as medidas protetivas vieram para melhorar os questionamentos dos movimentos feministas e de mulheres, e realmente ajudaram na qualificação da violência doméstica como crime. Porém para que estas medidas se tornem efetivas, rompendo com o ciclo de violências que as vítimas enfrentam é necessário um aparato de fiscalização maior e mais integrado entre os órgãos de proteção à mulher. Que realmente a ampare, tirando sua dependência com o agressor, como também fiscalize o descumprimento por parte do autor para que ele entenda que só se pode ser donos de coisas e não de pessoas.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. “Problemas de família”: a violência doméstica e o Juizado Especial Criminal de Família (JECrifam). In: **Gênero, família e geração: Juizados Especiais Criminais e Tribunal do Júri**. Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero- Pagu/Unicamp.2008 P.77-110

DETRET, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. **Gênero, família e geração: Juizados Especiais Criminais e Tribunal do Júri**. Campinas-SP, Núcleo de Estudo de Gênero- Pagu/Unicamp.2008

PASINATO, Wânia. Violência contra a mulher: segurança e justiça. In: **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo, 2014.

SUÁRES, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo. Ed: 34, 2002.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Caderno Complementar 1: Homicídios de Mulheres no Brasil. In: **Mapa de Violência 2012. Os novos padrões da violência homicida no Brasil**. São Paulo. 2012, CEBELA.